

Declaração de Mar del Plata

O povo da América Latina convoca à ação coletiva para alcançar o acesso às tecnologias de saúde para todes.

Abril, 2024

Como parte da comunidade organizada, da sociedade civil e como ativistas comprometidos com a defesa do direito à saúde e ao acesso às tecnologias sanitárias reunidos na cidade de Mar del Plata, fazemos um CHAMADO À AÇÃO COLETIVA à nossa América Latina com o objetivo de impulsionar a integração regional para o efetivo exercício do direito à saúde dentro dos princípios de justiça social, solidariedade, igualdade, equidade e universalidade, para: (i) Fortalecer os sistemas públicos de saúde na região; (ii) Garantir o acesso equitativo a métodos e insumos de diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças como bens públicos; (iii) Promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias sanitárias independentemente do mercado, no exercício da soberania sanitária. É imperativo que trabalhemos juntos para garantir uma saúde sustentável e acessível para todos.

Considerações:

1. Afirmamos que o direito à saúde e o acesso a métodos e insumos de diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças são direitos humanos fundamentais, e que as tecnologias sanitárias são bens públicos e não mercadorias. Nesse sentido, reconhecemos que esses direitos estão gravemente ameaçados por políticas de ajuste e exclusão realizadas por alguns governos da região, pelo ethos colonizador de ações impostas pelo norte global e pela ganância do poder corporativo, que avançam sobre os povos de nossa região.
2. Somos testemunhas da impunidade do poder corporativo, que avança sobre nossos países por meio de ações econômicas, de mercado e regulatórias em todos os âmbitos, ameaçando os direitos de nossos povos.

- 2.1. O acesso às tecnologias sanitárias tem sido intencionalmente limitado por meio de preços abusivos e artificialmente altos, protegidos por patentes e outros direitos exclusivos, colocando em risco a soberania dos países. Isso resulta na falência dos sistemas públicos de saúde e em milhões de pessoas em nossa região sendo empurradas para a pobreza extrema devido aos custos catastróficos que precisam assumir para acessar esse direito.
 - 2.2. Através da evasão e elusão fiscal, as empresas farmacêuticas privam os governos de receitas fiscais que poderiam ser investidas em serviços de saúde. Além disso, elas usam seu poder e influência para obstaculizar qualquer tentativa dos governos de promover a competição de preços no mercado e controlar suas práticas tributárias.
 - 2.3. As empresas farmacêuticas não prestam contas pelos fundos públicos que financiam a pesquisa e desenvolvimento (P&D), expropriam conhecimento do domínio público buscando patentes e atacam dispositivos regulatórios que protegem os cidadãos no desenvolvimento de ensaios clínicos.
3. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) é apenas uma expressão da arquitetura da impunidade e da captura corporativa. Desde a sua adoção, ocorreram oito pandemias que demonstraram que o TRIPS não alcançou nenhum de seus objetivos declarados, como a transferência de tecnologia, maiores níveis de inovação e bem-estar social. Pelo contrário, tornou-se uma forma de violência estrutural que foi naturalizada. Isso ficou ainda mais evidente durante a última pandemia, que não apenas revelou a distribuição desigual e injusta da tecnologia sanitária, mas também mostrou a fragilidade do sistema mundial de governança em saúde e a influência do poder corporativo e do Norte global no processo de negociação da isenção proposta por Índia e África do

Sul, a ponto de o *waiver* acordado não poder ser utilizado por nenhum país de nossa região ou do mundo.

4. Os Estados perderam soberania ao delegar a identificação e solução de problemas sanitários à lógica do mercado, tanto para pesquisa e desenvolvimento quanto para produção e comercialização de tecnologias sanitárias. Além disso, os governos não utilizam com a frequência necessária as salvaguardas de saúde pública estabelecidas pelo acordo TRIPS, um uso que deveria ocorrer em um ambiente livre de pressões.
5. As licenças voluntárias propostas pelo mercado não são suficientes para garantir o acesso, pois excluem centenas de países de adquirir e/ou produzir medicamentos genéricos e acessíveis, criando barreiras adicionais através de cláusulas que impõem limitações sobre onde e para quem um produto pode ser vendido, restringindo a livre circulação de ingredientes farmacêuticos ativos e de produtos genéricos, mantendo assim o poder nas mãos das empresas farmacêuticas que disfarçam essa prática predatória como "caridade". A falta de transparência das licenças voluntárias é uma preocupação, que se aprofunda ainda mais quando os laboratórios públicos estão envolvidos.
6. Os direitos concedidos às empresas farmacêuticas e às corporações transnacionais em tratados de livre comércio (TLC) e tratados de proteção de investimentos bloqueiam o desenvolvimento de políticas estatais que favorecem a saúde. Como exemplo, a pior crise econômica, social e de saúde desencadeada pela pandemia de COVID-19 foi o momento em que os investidores estrangeiros mais utilizaram os mecanismos jurídicos internacionais que lhes conferem privilégios sobre os Estados. Em 2021, foi registrado um recorde de 25 demandas de investidores contra os Estados por meio do mecanismo de arbitragem (ISDS, na sigla em inglês) contra países da América Latina.

Se hoje temos um entendimento comum de que os seres humanos não são propriedade, o mesmo deveria ser aplicado ao conhecimento que pode salvar vidas humanas. No entanto, a mesma ideologia liberal que uma vez foi usada para justificar a colonização agora é usada para defender o sistema de patentes,

independentemente de quantas vidas custe manter seu funcionamento. É hora de desafiar essa lógica perversa de uma vez por todas. Sob o manto das patentes, a inovação fica aprisionada pelo lucro. O sistema de patentes é uma ferramenta de dominação que perpetua as injustiças do colonialismo.

Portanto, tudo o que foi expresso, os ativistas, militantes e organizações aqui reunidos **nos comprometemos a:**

- Afirmar que no contexto dos Direitos Humanos e da justiça social, a igualdade, a equidade, a universalidade e a solidariedade são princípios necessários para pôr fim ao sofrimento humano causado pela exclusão do acesso às tecnologias sanitárias.
- Responder a qualquer necessidade de saúde emergente, defendendo o acesso a métodos e insumos de diagnóstico, prevenção e tratamentos de doenças como Direitos Humanos.
- Defender os sistemas universais públicos de saúde que possuam financiamento suficiente e sustentável como a melhor abordagem para garantir o direito à saúde para todos.
- Desafiar os monopólios sobre tecnologias sanitárias e enfrentar qualquer violação do direito à saúde por parte de atores estatais ou privados.
- Advogar e defender em âmbitos nacional e internacional, políticas e normas de regulamentação em favor do acesso a tecnologias sanitárias.
- Advogar pela eliminação das tecnologias sanitárias do âmbito da OMC e do Acordo TRIPS, bem como do âmbito das negociações existentes e futuras de tratados de livre comércio e de investimento.
- Utilizar as salvaguardas de saúde do Acordo TRIPS, como as oposições a patentes, para promover a eliminação de barreiras de propriedade intelectual, a redução de preços das tecnologias e a produção local e regional.
- Defender a proteção dos cidadãos no desenvolvimento de ensaios clínicos e o acesso aos resultados desses ensaios e às tecnologias derivadas para toda a população.
- Rejeitar todas as iniciativas regulatórias que vão contra o direito à saúde e o acesso a tecnologias sanitárias.
- Defender um uso simplificado, mais audacioso e mais regular das salvaguardas de saúde pública pelos governos durante a transição para a eliminação de tecnologias de saúde do Acordo TRIPS, em um ambiente livre de pressões.

- Exigir que os acordos de licenças voluntárias entre privados e entre públicos e privados sobre tecnologias sanitárias não contenham restrições que impeçam a produção e distribuição de versões genéricas para aqueles que necessitam.
- Promover a soberania sanitária estimulando a inovação, o desenvolvimento e a produção local guiada pelas necessidades de saúde pública e pelas políticas de acesso dos países da região.
- Defender a propriedade coletiva sobre as inovações e tecnologias sanitárias e a implementação de modelos de ciência aberta.

Além disso, instamos os governos e os decisores políticos a:

- Criar e/ou manter instâncias interdisciplinares, intersectoriais e democráticas de governança de políticas e ações de saúde pública.
- Respeitar as evidências científicas e a participação popular na tomada de decisões de política sanitária.
- Desistir de políticas de ajuste e desfinanciamento dos sistemas de saúde, que prejudicam o povo e afetam seus direitos humanos, especificamente o direito à saúde.
- Fazer um uso efetivo das Salvaguardas de Saúde do ADPIC para abordar as desigualdades no acesso às tecnologias sanitárias, incluindo a normalização do uso de licenças compulsórias e a adoção de diretrizes de exame de patentes e sua implementação efetiva.
- Rejeitar qualquer regulamentação que dificulte o acesso às tecnologias de saúde nos tratados de livre comércio e de investimento.
- Garantir o investimento de fundos públicos como política de Estado em iniciativas de pesquisa e desenvolvimento voltadas para a cura de doenças crônicas, como o HIV; em vacinas; e em prevenção e tratamento de doenças negligenciadas.
- Defender no âmbito da negociação do Tratado Pandêmico que o princípio da equidade seja garantido, especialmente em benefício dos países do sul global: garantir um acesso equitativo aos produtos relacionados às pandemias por meio de uma produção geograficamente diversificada, garantir a obrigatoriedade da transferência de tecnologia e a distribuição de benefícios dos resultados de P&D dos patógenos e dados de sequenciamento em nível local, regional e global. Garantir que as obrigações levem em conta a capacidade diferenciada entre os países.
- Defender internacionalmente a eliminação das tecnologias médicas do Acordo ADPIC e da OMC.
- Defender internacionalmente a criação de um sistema de desenvolvimento de tecnologias sanitárias baseado na equidade,

solidariedade e livre acesso para todos os habitantes do mundo, independentemente de onde vivam.

- Reconhecer e apoiar a sociedade civil como defensora do direito à saúde e das políticas em nível nacional.
- Promover a mobilização de recursos para o fortalecimento da participação da sociedade civil e comunidades afetadas em sua função de defesa do interesse público.
- Garantir a proteção dos cidadãos no desenvolvimento de ensaios clínicos dentro do quadro de excelência ética, da Declaração de Helsinki e do acesso aos resultados desses ensaios e às tecnologias derivadas para toda a população.

Instamos os organismos internacionais ligados à governança em saúde, agências e doadores a:

- Aumentar e/ou promover significativamente o aumento do financiamento para a saúde como uma agenda social prioritária.
- Reconhecer e apoiar a sociedade civil como defensora do direito à saúde e das políticas em nível nacional, regional e internacional que o protegem.
- Defender a mobilização de recursos para trabalhar na eliminação das barreiras geradas pela propriedade intelectual, outros direitos exclusivos, práticas anticompetitivas e monopólios abusivos para o acesso às tecnologias de saúde.
- Defender a mobilização de recursos para trabalhar na promoção da produção e competição de medicamentos genéricos no mercado local e global.
- Defender a alocação de financiamento para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sanitárias para fortalecer iniciativas de produção local e regional.
- Defender a proteção dos cidadãos no desenvolvimento de ensaios clínicos dentro do quadro de excelência ética, da Declaração de Helsinki e do acesso aos resultados desses ensaios e às tecnologias derivadas para toda a população.
- Promover a mobilização de recursos para fortalecer a participação da sociedade civil e comunidades afetadas em sua função de defesa do interesse público.
- Defender que os novos instrumentos e tratados internacionais suspendam ou anulem os direitos de PI e outros direitos exclusivos sobre as tecnologias sanitárias.
- Defender a eliminação das tecnologias sanitárias do Acordo TRIPS e da OMC.

Convocamos também todos os cientistas, profissionais de saúde, jornalistas e divulgadores, ativistas e militantes pelos direitos humanos, saúde, educação,

meio ambiente e artistas a se unirem a este chamado a partir da região latino-americana para construir uma sociedade mais justa, contribuir para o acesso às tecnologias sanitárias para todos e acabar com um sistema baseado em divisão e exclusão.

Para aderir com sua assinatura:

<https://forms.gle/qZ4rMH149Ym9uGKr8>

Signatários:

Rede Latino-Americana de Acesso a Medicamentos (RedLAM)

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)

Acción Internacional para la Salud, AIS Perú

Fundación Grupo Efecto Positivo (Fundación GEP), Argentina

Fundación IFARMA, Colombia

Plataforma América Latina Mejor sin TLC

Plataforma Argentina Mejor sin Tratados de Libre Comercio

Asamblea Chile Mejor sin TLC

ATTAC Argentina

Red Peruana por una Globalización con Equidad (RedGE)

Ecuador Decide Mejor sin TLC